

# Eleição prejudica negociação da dívida, diz Mailson

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, alertou ontem, durante reunião de 15 ministros de Estado, no Ministério da Justiça, para o fato de que as eleições presidenciais este ano poderão prejudicar o andamento das negociações em curso com os credores, destinadas a restabelecer a normalidade nas relações do Brasil com o mercado financeiro internacional. «As conseqüências disso seriam trágicas», acentuou.

Segundo um dos ministros que participaram da reunião, a fala do ministro da Fazenda surpreendeu, em primeiro lugar, porque o encontro, convocado pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, se propunha a tratar de questão relacionada à «corrupção no serviço público e das relações com a Constituinte, e, segundo, porque Mailson da Nóbrega tem-se recusado sistematicamente a tratar de questões políticas.

A manifestação do ministro da Fazenda foi interpretada, por uns, como um recado dos banqueiros e autoridades monetárias internacionais, preocupados com «os desmandos e a desorganização institucional e econômica que uma campanha política poderia provocar no Brasil num momento em que, apesar de todos os percalços,

caminha-se para a normalidade política interna e externa.

Há, entretanto, intérpretes do pensamento do Palácio do Planalto que admitem tratar-se de uma advertência do próprio presidente José Sarney, no sentido ainda de influir na campanha em favor dos quatro anos de mandato presidencial, para o que optou taticamente, por usar um argumento relativamente forte e que até o momento vinha sendo mantido na reserva, em função mesmo das características pessoais dos próprios ministros da Fazenda, Bresser Pereira e Mailson da Nóbrega, que sempre evitaram tratar de questões essencialmente políticas.

A crença de que a fala do ministro refletia mais um recado do presidente Sarney aos constituintes do que dos credores internacionais tornou-se mais evidente a partir do momento em que, numa entrevista à imprensa, anteontem, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, negociador brasileiro com os banqueiros, afirmou claramente que os credores não estão preocupados com mandato presidencial no Brasil: «nem se fala nisso», frisou. Completou em seguida, dizendo: «os banqueiros estão preocupados mesmo é com o ordenamento da economia».



Durante três horas, os ministros discutiram a crise política, a negociação da dívida externa e criticaram a realização de eleições

## «O Governo não pode calar»

Os ministros que participaram da reunião no gabinete de Paulo Brossard foram unânimes em criticar a realização de eleições presidenciais ainda este ano. A informação foi prestada por Brossard, porta-voz do grupo, que depois das três horas de duração do encontro destacou que o Governo precisa de uma base parlamentar mais eficaz no Congresso, onde possa expor o que vem fazendo de positivo, porque o Governo «não pode ficar calado ou mudo», e se não conseguir espaço na Assembleia terá que falar em outro lugar».

De acordo com o porta-voz da reunião, o Governo está preocupado com ausência de espaço na Constituinte para colocar suas ações e que esse quadro precisa ser modificado. O problema, informou, é que o líder do Governo, Carlos Sant'Anna, não vai à tribuna por dificuldade regimental, sendo esse o lugar onde se fala. Não usando tal espaço, há sério prejuízo de comunicação, mas os ministros vão lutar para que haja uma maior abertura nesse sentido, além de confiar no senso de responsabilidade dos parlamentares. Quando os jornalistas perguntaram a Brossard se o Governo está disposto a trabalhar para mudar o regimento da constituinte para conseguir seu objetivo, ele respondeu evasivamente: «Será necessário?».

### Unidade

Participaram da reunião os ministros Luiz Henrique (Ciência e Tecnologia); Antônio Carlos Magalhães (Comunicações); Mailson da Nóbrega (Fazenda); Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil); Prisco Viana (Habitação); José Hugo (Indústria e Comércio); Celso Furtado (Cultura); Vicente Fialho (Irrigação); Henrique Sabóia (Marinha); José Reinaldo (Transportes); João Batista de Abreu (Sepal); Aluizio Alves (Administração) e Paulo Brossard, (Justiça). Lembrando a todo o momento que a reunião foi proveitosa e que o clima foi de muita cordialidade, Brossard só lamentou não ter realizado esse tipo de encontro anteriormente. Mas prometeu realizar muitos outros. O primeiro será para integrar os outros 12 ministros que compõem o governo e que não puderam estar presentes por compromissos já assumidos. Entusiasmado, Brossard disse que existe absoluta unidade e solidariedade no ministério e quer dizer que ela é extensiva ao Presidente da República, é redundância.

Na reunião, os ministros trataram, também, no cumprimento à lei que o ministro da Justiça considera o caminho mais seguro para a paz na sociedade e o exercício da autoridade do Governo. Brossard disse que esse problema não foi trazido à reunião por ele mas por outro colega, o que mostra a unidade de pensamento do Governo. Mesmo assim, Brossard lembrou que o não cumprimento à lei é uma seqüela do autoritarismo e que dia sobre dia tem grupos pedindo exceção e «parece que há uma idéia de deteriorar o conceito de legalidade» o Ministro disse que são grupos sociais, os mais generalizados, mas depois citou a grave do funcionalismo público como um exemplo e acusou também alguns jornais de pregar a desobediência à lei, mas não quis nominá-los que veículos que estava criticando.

### Pressão

Como porta-voz dos ministros, Brossard disse que não participa do pensamento daqueles que pensam numa ruptura institucional, argumentando que desde o primeiro dia de Governo não houve nenhum retrocesso, não obstante haja uma pressão pela violação da lei. A posição dos ministros é que os fatos mostram que o País caminha para uma progressiva institucionalização, sem nenhum risco de retrocesso.

Para Brossard, não é a sociedade que está tumultuando, mas pessoas e grupos que querem colocar seus interesses e ambições acima do País. Ele citou os cartazes espalhados, acusando parlamentares de traidores do povo, como um exemplo desse radicalismo, e comentou que esses grupos que estão agindo assim não estão respeitando a imunidade parlamentar, que é um direito mínimo assegurado aos constituintes. A distribuição de cartazes foi classificada pelo ministro como «um procedimento feroz, uma agressão à imunidade parlamentar e uma selvageria política» procedimento que só é comparável à Itália fascista e à Alemanha nazista.

Finalmente, o ministro lembrou que o Governo está empenhado na apuração das denúncias de corrupção e que o presidente Sarney vem acompanhando dia-a-dia esse processo. Segundo ele, qualquer denúncia que for formalizada e assinada será investigada, mas o Governo, informou, seja qual for o foco existente, se interessa em apurar e punir, porque a situação do País exige austeridade, nem que seja à custa da popularidade.

## Para líderes, reunião marca o isolamento

«Quem se apoia na fisiologia acaba chupando o dedo». A frase, pronunciada pelo líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, constitui uma amostra do tom predominantemente irônico com que muitos constituintes reagiram à reunião dos ministros, considerada, por várias figuras influentes na Constituinte, como uma demonstração do isolamento em que se encontra o Governo.

Entre os parlamentares que se manifestaram sobre a reunião, em declarações aos repórteres, também predominou o entendimento de que a falta de sustentação política do Governo constitui uma das mais fortes razões para a realização das eleições este ano.

Para Fernando Henrique Cardoso, a opinião dos ministros, de que a antecipação da eleição seria «funesta para o País», representa uma «falta de respeito à democracia». Após sugerir que os ministros «se calem diante da Constituinte», Fernando Henrique observou que o Governo perdeu a credibilidade e não deverá mais recuperá-la, daí a importância da escolha de um novo Presidente ainda este ano.

«Os ministros têm cargos de confiança. São funcionários do Governo. Não poderiam, portanto, chegar a esta conclusão (de que a eleição é funesta), que parece coação sobre a Constituinte. Se a situação econômica vai mal, isso é mais uma razão para haver eleição», disse Fernando Henrique.

### Ironia

O candidato do PT à Presidência da República, Luiz Ignácio Lula da Silva, também recorreu à ironia: «O Brossard não é bobo. Ele está querendo é segurar o emprego dele». Na mesma linha, o senador peemedebista Munsueto de Lacerda declarou: «Esses ministros não estão preocupados com o País. Eles querem é segurar os cargos».

Na opinião de Lula, assim como do líder do PDT na Câmara, Brândão Monteiro, e dos senadores Afonso Camargo (PTB) e Itamar Franco (sem partido), a substituição de Sarney na Presidência será a forma mais eficaz para o País recuperar a credibilidade no exterior e reunir condições políticas para uma negociação satisfatória da dívida externa.

Para o deputado peemedebista Fernando Lyra, os ministros «não precisavam nem ter-se reunido para chegar à conclusão de que a eleição é funesta. Era só ler os jornais de 1969 a 1984, quando os ministros dos governos militares diziam a mesma coisa». E concluiu Lyra: «Esse é o único País pretensamente democrático onde se diz que eleição é desperdício de dinheiro».

### Esperanças

O presidente do PFL, senador Marco Maciel, declarou: «Apesar do apreço que tenho pelo ministro Paulo Brossard, entendo que o processo eleitoral ajudaria o País a encontrar um caminho, a acender esperanças, e daria condições para a formulação de estratégias para retirar o País da crise».

Maciel considerou importante «acelerar a Constituinte e concluir a transição, com a eleição e posse do novo Presidente da República, dentro das regras da nova Carta Magna».

O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, afirmou que a saída para o Governo seria «adquirir vontade política», mas demonstrou ceticismo quanto à possibilidade de isso ocorrer. Ainda na opinião de Covas, as eleições este ano são inevitáveis diante da «crise de legitimidade».

O deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ) destacou que «a eleição é a esperança da sociedade e o presidente José Sarney tem que se curvar a esta vontade».

O líder do Governo no Senado, Saldanha Derzi, classificou a realização de eleições ainda este ano de «loucura e desatino». Segundo Saldanha Derzi, «a crise econômica não permite e o País não aguentaria uma eleição agora». E acrescentou: «Seria o caos».

## Aureliano e Archer apresentam pretextos para faltar à reunião

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, justificou, uma por uma, as ausências dos nove ministros à reunião por ele convocada para exame da crise brasileira. Mas, pelo menos dois dos ausentes — Renato Archer (Previdência Social) e Aureliano Chaves (Minas e Energia) — deixaram de comparecer deliberadamente ao encontro no Ministério da Justiça.

Aureliano alegou ter outro compromisso, durante o horário previsto para a reunião com Brossard (entre 9h30 e 12h00). Já o ministro Archer informou, quinze minutos antes do início do encontro de ministros, que teria de viajar, o que acabou não acontecendo, pois às 17h00 informava de seu gabinete que ele estava tratando de assunto importante no ministério.

Pelas informações correntes na Assembleia Constituinte, veiculadas por parlamentares amigos dos ministros que faltaram intencionalmente à reunião, Archer e Aureliano consideraram imprudente os objetivos do encontro e não quiseram criar constrangimento para seus colegas de ministério, externando, ali, opiniões reveladoras de fraturas internas na equipe do presidente José Sarney.

Ao se inteirarem dos temas abordados na reunião — conforme informaram os amigos de Aureliano e Archer — ambos se convenceram de haver agido bem por não terem participado dos debates ali travados.

### Inconveniência

Causou espécie, entre os políticos ligados aos ministros

## Debate entre Brizola e Montoro não será hoje

São Paulo — Uma exigência do ex-governador Franco Montoro, que reivindica a transmissão em cadeia nacional do debate programado pela TV Gazeta — emissora de âmbito exclusivamente paulista — entre ele e o ex-governador Leonel Brizola, adiou sine die o primeiro embate entre dois presidenciais da atual safra eleitoral.

O encontro, que deveria acontecer hoje à noite, não se revestiu, num primeiro momento, num debate entre os dois candidatos à sucessão do presidente José Sarney. A idéia da emissora era colocar frente a frente o ex-governador Leonel Brizola e o senador José Richa, numa troca de idéias sobre presidencialismo e parlamentarismo. Brizola, porém, sugeriu o nome de Montoro, no lugar de Richa, de olho na campanha presidencial.

Contatado pelos produtores do programa «Vamos vencer a crise», produzida pela Gazeta, o ex-governador Franco Montoro aceitou participar mas argumentou que não teria sentido uma transmissão exclusivamente para o Estado de São Paulo, pois afinal

faltoso, o argumento do titular da pasta da Fazenda, Mailson da Nóbrega, de que a eleição presidencial esse ano seria funesta para o País. Contou Brossard que Mailson considerou ainda a incerteza quanto à duração do mandato presidencial danosa aos entendimentos sobre nossa dívida externa. A posição quanto à inconveniência do pleito presidencial em 1988, pelo que disse Brossard, foi consensual na reunião. Mas o ministro da Justiça reconheceu, no tocante ao problema da escalada inflacionária, que «nem uma constelação de economistas premiados com o Prêmio Nobel de Economia resolveria o problema brasileiro, pois há três anos não entra um centavo sequer de investimento externo no Brasil».

«Então» — indagava, mais tarde, na Constituinte, um político ligado ao ministro Archer —, «por que deixar Sarney no Governo até 1990?»

Apesar da atitude de Archer e Aureliano, de não comparecerem a uma reunião imaginada por Sarney como fórmula capaz de repercutir favoravelmente na Constituinte — o que não parecia ter acontecido, até o final da tarde — o Governo dificilmente os afastará de seus cargos.

Aureliano está em conflito aberto com o Palácio do Planalto, em razão do episódio da aprovação de mudanças no contrato de risco firmado entre a Petrobrás e a Texaco, sem que o consultasse. Por sinal, embora pensasse em outro nome, para substituir o de Hélio Beltrão, à frente dessa empresa, Aureliano aceitou, para evitar problemas, a

indicação do coronel Ozires Silva, até então presidente da Embrar.

Em face dos últimos acontecimentos, a perspectiva é de que Aureliano resolva a antecipar sua saída do ministério, fato que deveria ocorrer apenas quando a Constituinte encerrasse a votação em primeiro turno da nova Constituinte. Tendo assumido a defesa de tratamento igual para Sarney e seus sucessores, no tocante ao mandato presidencial, Aureliano considerará encerrada sua tarefa, nesse episódio, se a Constituinte aprovar, como se espera, dentro de mais duas semanas, o mandato de quatro anos para o sucessor de Sarney. Nesse caso, ele próprio apoiará, com os peelistas que lhe são mais fiéis, o mandato de quatro anos para Sarney, por uma questão de coerência.

### Imposição

Quando ao ministro Archer, sua permanência no ministério dependerá exclusivamente de imposição do PMDB e do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

No Palácio do Planalto, alguns auxiliares do presidente Sarney, julgados acima de qualquer suspeita, estão admitindo hoje, abertamente o fracasso da política econômica «feijão com arroz». Entre outros auxiliares, o próprio consultor-geral da República, Saulo Ramos, confidencia a amigos que a equipe econômica perdeu o controle sobre o processo inflacionário e a inflação vai acabar derrubando o Governo.

## Iensen admite apoiar nome de Ulysses

O deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), autor da emenda dos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, admitiu ontem apoiar o deputado Ulysses Guimarães na convenção do partido para escolha do candidato à Presidência da República. O parlamentar disse que, se for preciso, está disposto a subir em palanques para defender a candidatura do presidente do PMDB.

Iensen, entretanto, ainda acredita na hipótese de aprovação do mandato de cinco anos e argumenta que o tempo é muito curto para uma campanha eleitoral ainda este ano, uma vez que as previsões de término da Constituinte, na sua opinião, são para meados do ano.

Iensen esteve em audiência com o presidente Sarney com toda a bancada do Paraná, exceção apenas dos senadores José Richa e Afonso Camargo. Os parlamentares pediram ao Presidente o ressarcimento aos cofres do Estado de Cz\$ 10 bilhões dos Cz\$ 19 bilhões gastos em obras de recuperação de rodovias federais.

Arquivo 7/1/88



Ex-governador Franco Montoro

«como posso abrir espaço para ele na minha área e não penetrar na sua? (o Estado do Rio de Janeiro, por exemplo)».

### Contatos

Nas duas últimas semanas, a TV Gazeta intensificou contatos com a Rede Bandeirantes de Televisão e a TV Manchete, na tentativa de fechar um pool de emissoras para transmitir o encontro em cadeia nacional. Até ontem, porém, nenhuma das duas redes havia dado uma resposta à Gazeta que, decidiu, então, adiar o encontro.

### Ambição

«A transição democrática está sendo sabotada pela ambição desmedida de uns e pelo ódio de muitos políticos profissionais contra o presidente José Sarney, porque ele sempre recusou qualquer tentativa de revanchismo. «A afirmação é do irmão mais velho do Presidente da República, Evandro Sarney, ex-deputado estadual e aposentado do Tribunal de Contas do Estado».

Evandro Sarney analisa o quadro político atual e diagnostica a tomada de que democrático coma.